

O futuro edifício do Arquivo Nacional da Torre de Tombo

(Conclusão feliz de um itinerário atormentado)

TOMÁS MACHADO LIMA *

RESUMO:

Faz-se uma descrição dos locais ocupados pelo Arquivo Nacional durante a sua longa história — Castelo de S. Jorge e Convento de S. Bento — e das diversas vicissitudes que sofreu.

Finalmente, apresenta-se o novo projecto do edificio a ser construído nos anos mais próximos, junto da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ABSTRACT:

Descriptions are given of the places occupied by the National Archives of Portugal, during its long history — St. George's Castle and the Convent of St. Bento — and the various vicissitudes it suffered.

Lastly, the new project of the building is shown; this will be constructed next to the premises of Lisbon University's Faculty of Arts and Humanities.

* Director do Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação do IPPC.

DE ITINERANTE À TORRE

Até à segunda metade do séc. XIV (entre 1352 e 1378), o arquivo dos nossos primeiros reis, ou pelo menos boa parte dele, acompanhava as suas deslocações. Assim guardavam-se os documentos em arcas levadas em animais de carga. Nesta data, porém, foi necessária a sua fixação. Escolheu-se para seu local o Castelo de S. Jorge, tendo ficado instalado numa das suas torres. Como nela se guardavam os livros do cadastro ou *tombo* dos bens reais, começou a ser chamada de *Torre do Tombo*, nome que ainda hoje perdura. Em 1540 foram feitas obras. Em 1755, pelo terramoto devastador que assolou Lisboa, foi destruída a torre onde se instalara o arquivo real. Foi então construída uma barraca de madeira, no mesmo local, onde se guardaram todos os documentos depois de salvos dos escombros.

S. BENTO

— A SATURAÇÃO DAS ACTUAIS INSTALAÇÕES

Em 1757 foi o arquivo transferido para o Mosteiro de S. Bento da Saúde, ala sul, do lado da Calçada de S. Bento. Em 1862 mudou-se para a ala norte do referido convento, do lado da Rua de S. Bento, onde actualmente ainda se encontra. No mesmo edifício funciona hoje a Assembleia da República.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nome oficial por que é hoje designado, apesar das beneficiações pelas quais tem conseguido alargar o seu espaço, está totalmente saturado. A sala de leitura e gabinetes são exíguos e não há espaço algum nos depósitos para mais documentação. Não pode assim o Arquivo Nacional cumprir totalmente as suas funções. Entretanto, esperam noutros locais os documentos que deveriam ter já dado entrada. Assim, o Arquivo dos Feitos Findos permanece no Convento da Estrela, o arquivo chamado das Secretarias de Estado encontra-se em parte na Quinta da Amora e em parte na Biblioteca Nacional, os arquivos dos vários ministérios espalhados, os velhos livros dos cartórios notariais, conservatórias do Registo Civil e tribunais do distrito de Lisboa vão aguardando a oportunidade de serem incorporados no seu lugar próprio.

Desde a itinerância do arquivo em arcas que acompanhavam a comitiva real à sua fixação numa torre da capital do reino e, mais tarde, num convento, foram-se fazendo séculos de história que não cabem actualmente nas exíguas instalações que lhe estão destinadas.

TENTATIVA DE ADAPTAÇÃO DE OUTROS EDIFÍCIOS EXISTENTES — A VELHA ALTERNATIVA DO CONVENTO DE MAFRA

Tal como a mudança dentro do mesmo Convento de S. Bento de uma ala para outra se ficou a dever à necessidade de alargamento da Câmara dos Pares, também hoje se poderá afirmar que a tentativa de mudança se deveu em grande medida a pressões tendentes à expansão das zonas ocupadas actualmente, no mesmo edifício, pela Assembleia da República.

Creio que as tentativas mais sérias e conseqüentes para se encontrarem novas instalações se iniciaram na segunda metade da década de 70. Nesta fase tentaram-se novos anexos. Foram examinados o prédio da Rua Dr. Alexandre Braga, n.ºs 25 e 27, então em acabamento, a Quinta das Mil Flores situada na Estrada das Laranjeiras, o Edifício Sagres na zona do Aeroporto junto à Rotunda da Encarnação, a Cadeia de Caxias.

E, mais uma vez, se põe a hipótese antiga de colocar todo o Arquivo no Convento de Mafra. Esta alternativa tem sido sistematicamente recusada por arquivologistas e por investigadores por razões de ordem técnico-funcional. Mas, ultimamente, quase todos os responsáveis pela pasta da Cultura têm recolocado o problema, o que é perfeitamente compreensível dados os condicionamentos económicos actuais.

O NOVO EDIFÍCIO — SONHO OU REALIDADE?

Só em 1980 se decidiu finalmente que, sendo o mais conveniente a construção do edifício próprio, fosse o mesmo situado na zona da Cidade Universitária num lote disponível, ao lado da Faculdade de Letras e muito próximo da Biblioteca Nacional. Esta localização dará uma nova dinâmica ao Arquivo Nacional desde que disponha de espaço suficiente à valorização dos seus núcleos e a novas incorporações. Esta solução mereceu a concordância unânime de todas as entidades então consultadas.

Feitos a prévia definição arquivística e programa preliminar, foi aberto concurso público nacional. O júri integrava membros dos departamentos governamentais das Obras Públicas e Cultura bem como representantes da Câmara Municipal, da Associação dos Arquitectos e da Ordem dos Engenheiros. Todo o processamento administrativo e técnico decorreu e decorre quer pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais quer pelo Instituto Português do Património Cultural. Foram apresenta-

dos ao concurso nacional vinte trabalhos. Foi escolhido o projecto do Arquitecto Arsénio Luís Raposo Cordeiro. 1983 é o ano da conclusão do projecto e 1984 ou 1985 o do início da obra.

O novo espaço é suficiente para as actuais necessidades e para as futuras. As actuais instalações em S. Bento dispõem de 18 km de prateleiras e no novo edifício terá 100 km. Prevê ainda o projecto a possibilidade de extensão.

O futuro edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo será uma realização que encherá de orgulho a geração que o construir. Mas, em Novembro de 1983, data em que escrevo este apontamento, existe no meu espírito a dúvida: sonho ou realidade?

